
ASPECTOS GERAIS DA INSERÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA NO MERCADO INTERNACIONAL: OS GOVERNOS DE FHC, LULA E DILMA EM SEUS PRIMEIROS MANDATOS

Perilônia Oliveira Campos de Souza¹
Maria Lussieu da Silva²

RESUMO: O artigo trata da inserção comercial brasileira no mercado internacional, considerando três períodos distintos, qual seja, o primeiro mandato de cada um dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e de Dilma Rousseff (2011-2014). Especificamente, busca-se observar o comportamento do comércio exterior brasileiro a partir do saldo da balança comercial do país, inclusive segundo o fator agregado. Os procedimentos metodológicos adotados perpassam por uma revisão bibliográfica, utilizando estudos que contribuem tanto para a compreensão sobre o processo de internacionalização da produção, bem como da economia brasileira, com vista a apreender as mudanças pelas quais passou o país neste período e pela análise de dados referentes à balança comercial brasileira, disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio da Secretaria de Comércio Exterior – MDIC/SECEX. A análise dos dados aponta que de uma forma geral a composição da pauta de exportação demonstra uma relativa permanência de bens com baixo valor agregado, a exemplo das *commodities* agrícolas e industriais. Em suma, a compreensão da internacionalização comercial da produção é fundamental para a orientação para o desenho de instrumentos e/ou políticas que visem o desenvolvimento do país.

Palavra-Chaves: Internacionalização da produção. Brasil. Balança Comercial

¹ Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (UFRN). Graduada em Economia (UFRN). E-mail: peryocs@hotmail.com.

² Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: lussieu@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX assistiu-se a uma série de transformações associadas ao paradigma tecno-econômico e ao processo de liberalização comercial e financeira, que afetaram a forma como as empresas passaram a produzir e se inserir no cenário mundial. Este movimento não passou sem reflexos no Brasil, acarretando em um processo de reestruturação produtiva e impactos no comércio exterior brasileiro.

Segundo Carneiro (2002), as políticas de desenvolvimento brasileiras e que tinham base em modelos de industrialização por substituição de importações, como um meio utilizado para promover do desenvolvimento do país, sofrem alterações profundas frente ao novo modelo de crescimento alicerçado em pilares como abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados, Estado mínimo e privatização do setor público (TAVARES, 1993). Ademais, a concorrência passou a ser um dos elementos basilares na política de crescimento do país. Estas transformações permitiram ao país assistir uma onda de movimentos de fusões e aquisições, privatizações e desnacionalização de propriedade.

Diante de um cenário de transformações no mundo, o Brasil procurou se adaptar aos novos moldes da nova ordem mundial, embora de maneira passiva, frente às mudanças no cenário mundial advindas do processo de globalização. Todavia, a maneira como ocorre à inserção comercial brasileira a partir dos anos 1990, não pode ser compreendida sem considerar os movimentos relevantes que demarcaram o processo de internacionalização da produção do país, que passou a vigorar neste período.

Assim, este artigo trata da inserção comercial brasileira no mercado internacional em período recente, considerando três períodos distintos, qual seja, o primeiro mandato de cada um dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e de Dilma Rousseff (2011-2014). Especificamente, busca-se observar o comportamento do comércio exterior brasileiro a partir do saldo da balança comercial do país, inclusive segundo o fator agregado.

Os procedimentos metodológicos adotados para alcançar este objetivo perpassam por uma revisão bibliográfica, utilizando estudos que contribuem tanto para

a compreensão sobre o processo de internacionalização da produção, bem como da economia brasileira, com vista a apreender as mudanças pelas quais passou o país neste período; e, uma análise de dados referentes à balança comercial brasileira, disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio da Secretaria de Comércio Exterior – MDIC/SECEX.

Além desta breve introdução, o artigo contempla mais três seções. A primeira consta uma apresentação do arcabouço teórico acerca do processo de internacionalização da produção trilhado pelas empresas, associado a necessidade da busca crescente pela valorização do capital e a importância da diversificação produtiva na conquista de novos mercados; a segunda expõe breves características da economia brasileira, contemplando aspectos da abertura comercial e as políticas institucionais implementadas no período em tela; a terceira demonstram-se os aspectos gerais da inserção comercial brasileira no cenário internacional no período mencionado; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO – BREVES CONSIDERAÇÕES DO PROCESSO

A partir do fenômeno que se convencionou denominar de globalização econômica, tornou-se premente observar como o processo de internacionalização da produção passou a ser caracterizado nesta fase. Tal processo tem como principal agente indutor a empresa transnacional (ET) e consiste no intercâmbio de bens e serviços entre países (Gonçalves, 2002).

As características do processo de internacionalização da produção apontam para o aumento do fluxo de transações entre as nações e pode ocorrer através de três formas básicas, a saber: exportações, licenciamentos ou investimento externo direto (IDE); logo, o olhar sobre as exportações brasileiras, foco deste artigo, sinaliza para um dos aspectos inerentes à internacionalização da produção.

Souza (2016), corroborando com Gonçalves (2002), reafirma que não existe uma teoria geral acerca da internacionalização da produção, em razão das diversas condições em que os elementos, de natureza bastante heterogênea, se inter-relacionam na determinação dos fluxos internacionais de produtos. Ademais, trata-se

de um processo que se caracteriza pela aquisição de vantagens específicas pelas firmas para que possam se inserir de forma mais competitiva em novos mercados, a exemplo do domínio de tecnologias e as capacitações de ordem organizacional, gerencial e mercadológica.

À medida que o processo se aprofunda mais se percebe a ampliação das atividades das empresas transnacionais, provavelmente fruto de seus movimentos de concentração e centralização de capital. Ademais, tais empresas são levadas a decidir pela exportação ou expansão de suas atividades além de suas fronteiras. Os motivos que conduzem a isto estão relacionados à busca por ativos estratégicos, novos mercados, recursos ou mesmo por eficiência, todos associados às vantagens estratégicas possuídas pelas firmas ou aos benefícios ofertados pelo país receptor, nos quais dizem respeito à matéria-prima, mão-de-obra, incentivos fiscais, infraestrutura, logística, entre outros.

Para Chesnais (1996) pode ser observado ainda que a empresa, antes de crescer e se expandir além de suas fronteiras, vivencia um complexo movimento de concentração e centralização do capital, e normalmente se diversifica antes de internacionalizar suas atividades.

Nesse sentido, as empresas detentoras de vantagens competitivas fazem uso desses mecanismos de forma a alterar o ambiente a seu favor, particularmente quando desejam se inserir no mercado externo, com vistas a conquistar maior parcela do mercado e reduzir a concorrência. Assim, as estratégias utilizadas pelas empresas são elaboradas levando-se em conta suas vantagens, de maneira a permitir a permanência em espaços cada vez mais competitivos, principalmente quando se trata de empresas que desejam se instalar em um novo ambiente. Para além destas vantagens, as empresas também devem levar em conta as características do ambiente competitivo em que se encontram inseridas ou pretendem se inserir, tais como incentivos fiscais, taxa de juros, melhores formas de financiamento, uma vez que também influenciam nas decisões tomadas pelas firmas quando do seu desejo de adentrar em determinados mercados, interno e/ou externo.

2.1. O PARADIGMA ECLÉTICO DE DUNNING

Os arcabouços teóricos que permitem compreender o processo de internacionalização da produção são alinhados a diversas vertentes da literatura econômica, dentre eles o estudo de Dunning (1979). Para este autor o processo de internacionalização da produção das empresas pode ser explicado pelo o movimento das empresas que expandem suas atividades para além de suas fronteiras, com destaque para as transnacionais. Tal processo pode ocorrer por meio do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), pela via comercial (exportação) ou por licenciamento de ativos. Nesse sentido, Dunning defende um arcabouço teórico, que ficou conhecido como Paradigma Eclético, que visa explicar o movimento das ETs e como os países se comportam em relação às mudanças em sua inserção comercial nos diferentes estágios de desenvolvimento. As explicações se voltam para as vantagens possuídas pelas firmas, tidas como pilares básicos do processo. É por conta de deter estas vantagens que as empresas conseguem inserir-se em mercados externos, acionando um dos movimentos que ratificam o processo de internacionalização da produção, como mencionado. Logo, desenvolver atividades fora das fronteiras domésticas impõe às empresas a construção de algum tipo de vantagem que as torne aptas a concorrer no mercado externo. E, no caso de IDE, estas vantagens devem de algum modo se diferenciar das dos produtores locais. Este fato é fortemente observado nas empresas transnacionais.

Segundo Chesnais (1996, p.69) apud Souza (2016, p 32)

A empresa multinacional está assumindo, cada vez mais, o papel de regente da orquestra, em relação a diversas atividades de produção e transações, que se dão no interior de um “cacho” ou “rede” de relações transnacionais, tanto internas como externas às companhias e que podem incluir ou não um investimento de capital, mas cujo objetivo consiste em promover seus interesses globais (Dunning, J, 1988 apud CHESNAIS, 1996, p. 69).

Dunning (1979) também afirma que quando se tem fatores positivos advindos da internacionalização da produção, as empresas podem fazer previsões e se organizarem para obter melhores resultados e crescer nos espaços conquistados. O arcabouço teórico sistematizado pelo autor supramencionado ficou conhecido como paradigma eclético ou paradigma OLI, em razão das vantagens que o autor elenca que podem ser

construídas e/ou detidas pelas empresas e fortalecê-las em uma atuação internacional. Assim, Dunning assegura que as vantagens de propriedade (*Ownership*), de localização (*Location*) e internalização (*Internalization*), que caracterizam o paradigma OLI, permitem que as firmas possam adotar uma das vias que o processo de internacionalização da produção admite, uma vez que tais vantagens dar-lhes-ão oportunidades de concorrer com os produtores locais. Assim, tais vantagens são essenciais, devendo ser analisadas quando o processo de internacionalização se faz presente. O quadro 1 mostra as vantagens que sustenta a base do paradigma eclético de Dunning (paradigma OLI).

Quadro 1 – Vantagens ligadas a multinacionalização

Vantagem de propriedade (O)	Vantagem de localização (L)	Vantagem de Internalização (I)
<p>Relacionada à capacidade da EMN deter um recurso ou possuir algum ativo específico que a torne mais propensa a gerar mais valor. A maior propensão a realizar IDE vai depender da exploração das vantagens oriundas da posse desse ativo específico num dado país estrangeiro.</p> <p>Refere-se basicamente aos ativos intangíveis, tais como marcas, patentes, processo de produção e/ou distribuição mais eficientes etc, que contribuem para determinar onde as empresas podem operar.</p>	<p>Refere-se às vantagens existentes na localidade capazes de atrair o IDE;</p> <p>Fundamentalmente estão relacionados aos fatores naturais ou criados pelo país ou região que influenciam na decisão de atrair investimentos, como matéria-prima e mão-de-obra barata e abundante, as políticas industriais governamentais, entre outros.</p>	<p>Referem-se à escolha da empresa em combinar da melhor maneira suas vantagens específicas, de propriedade e de localização, para se firmar no mercado;</p> <p>Para que EMN realize IDE é necessário que tenha maior benefício explorando seus próprios recursos internamente do que licenciar empresas externas a comercializar sua produção, ou seja, procurar explorar suas vantagens competitivas em vez de vendê-las ou cedê-las para empresas estrangeiras.</p>

Fonte: Dunning (1988) apud Souza (2016, p. 32).

Nesse sentido, o arcabouço teórico defendido por Dunning propõe que a combinação do conjunto das vantagens acima descrito deve estar presente para que as empresas decidam por um dos modos de internacionalização da produção, qual seja: investimento direto estrangeiro (IDE) exportação ou licenciamento de ativos.

De forma associada a este contexto, Dunning (1988) ainda aponta para os quatro conjuntos de estratégias que auxiliam na decisão de instalar unidades produtivas no exterior, como podem ser visualizadas no Quadro 2 que segue.

Quadro 2 – Motivos ou estratégias para a realização de investimento estrangeiro

MOTIVOS	ESTRATÉGIAS
Busca por recursos (<i>resource seeking</i>)	O investimento visa explorar vantagens locacionais de menores custos, como recursos naturais abundantes ou mão-de-obra barata ou um outro fator produtivo que obtenha maior vantagem.
Busca por mercados (<i>market seeking</i>)	O IDE visa a entrada em um novo mercado para atender o mercado interno do país hospedeiro e/ou para a exportação a outros países nas proximidades da região.
Busca de eficiência (<i>efficiency seeking</i>)	Visa a melhoria das estratégias da empresa, no sentido de maior eficiência produtiva. Com essa estratégia procura-se racionalizar os investimentos já realizados, concentrando a produção para a exportação em alguns mercados, aproveitando as economias de escala e de escopo, diversificando os riscos.
Busca de ativos estratégicos (<i>strategic asset seeking</i>)	Os investimentos são realizados considerando estratégias de longo prazo. O IDE objetiva a entrada em um novo mercado, a redução de custos ou a ampliação das sinergias tecnológicas e comerciais.

Fonte: Dunning (1988) apud Souza (2016, p. 32).

Nesse contexto, os quadros 1 e 2 permitem analisar as variadas vantagens possuídas pelas empresas e os motivos que podem levá-las a atuar em países ou regiões que por si só apresentam características distintas, particularmente quando se considera cada indústria ou setor no qual se pretende operar. E, neste caso, chama-se a atenção para a busca (ou ampliação) de mercados como forma de inserção internacional das empresas nos diferentes países.

Em suma, com o advento da globalização, se acentua o processo de internacionalização como uma das estratégias das firmas para dar continuidade a certa regularidade de concentração e centralização do capital. Tais processos permite às empresas o prosseguimento da acumulação/valorização do seu capital.

2.2. INSERÇÃO INTERNACIONAL E CONCORRÊNCIA

A despeito da relevância da discussão acerca do processo de internacionalização da produção, sua análise não pode estar desvinculada da compreensão do processo de concorrência e das estratégias utilizadas pelas empresas para se inserirem de forma mais competitiva nos mercados.

E, neste sentido, são relevantes algumas contribuições sobre os principais fatores que podem conduzir ao crescimento da empresa, considerada principal agente indutor da valorização do capital. Para tanto, a mesma é conduzida a processos de diversificação produtiva e de internacionalização de suas atividades, particularmente porque em uma economia capitalista, a concorrência é tida como o motor do surgimento de novas combinações ou, de acordo com a abordagem schumpeteriana, de inovações (POSSAS, 2006). Assim sendo, o tema “inovação” se tornou central na construção de vantagens competitivas das firmas neste processo de busca contínua de valorização do capital.

Em termos de contribuição ao tema, a teoria schumpeteriana sustenta que a inovação tecnológica é a variável chave capaz de promover e sustentar as assimetrias dentro do sistema capitalista, particularmente àquelas relacionadas à absorção de conhecimento e tecnologia, que são tidas como de difícil reprodutibilidade e imitabilidade. Assim, as aptidões tecnológicas das empresas e/ou países são determinantes tanto para o processo de crescimento e desenvolvimento industrial, como para a inserção de forma mais competitiva no mercado internacional. Portanto, a capacidade de gerar inovação, criando habilidades e competências intrínsecas, permite um tipo de inserção mais eficiente e competitiva nos mercados.

Souza (2016, p.25) corroborando com Lall e Pietrobelli (2005) aponta para

(...) a possibilidade de integração entre os países em desenvolvimento e àqueles produtores de P&D, com efeitos para ambos, seja pelo benefício das capacidades dos primeiros em criar novas tecnologias, seja pelo fato dos segundos serem beneficiados ao absorver e aperfeiçoar certas tecnologias, adaptando-as as constantes mudanças que surgem em suas regiões.

Lall e Pietrobelli (2005) apud Souza (106, p, 25), afirmam ainda que os investimentos em inovações tecnológicas vão depender de alguns fatores, dentre eles pode-se destacar: o ambiente macroeconômico, a demanda interna e externa e a política comercial do país que deseja inovar e se inserir de forma mais competitiva nos diferentes mercados.

As inovações podem ocorrer a partir de quaisquer mudanças ou alterações no espaço de atuação das empresas, podendo ser de natureza tecnológica, produtiva, comercial, estratégica, organizacional ou na capacidade gerencial da empresa. Esta

amplitude de como as inovações pode acontecer permite às empresas enfrentar um ambiente concorrencial mais acirrado ao mesmo tempo em que pode levar aos diferenciais de competitividade, que se expressam na obtenção de maiores margens de lucro e/ou *market shares*. (BAPTISTA, 2000)

Logo, conforme adverte Possas (2002):

[...] A concorrência e a competitividade não surgem de forma espontânea – como supõem frequentemente os economistas com viés mais liberal –, mas dependem de modo crucial da adequação das condições ambientais e, por extensão, de medidas de política econômica. (POSSAS, 2002, p. 428)

Para Possas (2006), no sistema capitalista há um processo de concorrência constante entre os agentes na busca por maiores vantagens que lhe permitirão permanecer e crescer no mercado. Portanto, existe um processo de enfrentamento e rivalidade contínuo entre as empresas, que buscarão formas de inovar, podendo ser tanto na forma de criação como no melhoramento de produtos e/ou processos.

Nesse sentido, o mercado deve ser considerado como um espaço de competição/rivalidade, de aperfeiçoamento/inovação, de relações dinâmicas e seletivas, onde surgem novos produtores e produtos constantemente.

Alguns elementos podem influenciar o processo de concorrência na busca por espaços que proporcione maior vantagem competitiva, tais como: fatores ligados ao meio-ambiente; de ordem sociocultural; de ordem econômica, e de natureza político-jurídico-institucional. Possas (2006) ainda destaca alguns outros determinantes que considera essenciais na busca por novos espaços globais:

[...] os custos de transporte, a durabilidade do produto, as economias de escala em relação ao tamanho do mercado e o grau em que elementos locais particulares afetam a demanda e a produção. (POSSAS, 2006, p. 32)

Segundo Baptista (2000), a firma é o agente básico da competitividade e tem autonomia para tomar decisões de investimentos. Portanto, pode ser considerada uma unidade de valorização de ativos, tangíveis e intangíveis, cuja intenção é extrair o máximo que esses ativos pode lhe proporcionar, quando se observa o processo de concorrência que a mesma enfrenta. Logo, alguns comportamentos estratégicos devem ser traçados considerando, por um lado, os ativos e capacitações de que

dispõem e, de outro, o ambiente seletivo no qual estão inseridas. Nesse processo, algumas decisões devem ser tomadas, dentre as quais destacam-se: ampliação da capacidade produtiva; diversificação ou especialização da produção; investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), adoção de certa trajetória tecnológica, internacionalização da produção.

Assim, o crescimento das empresas pode estar diretamente ligado a sua capacidade de explorar novas oportunidades, com base em suas estratégias em utilizar de forma eficiente os recursos produtivos que dispõem e que está relacionada ao processo de diversificação da produção, que permite adentrar em novos mercados, interno e/ou externo. Portanto, as estratégias adotadas contribuirão para que as firmas se insiram de forma mais competitiva, nos distintos cenários comerciais.

Penrose (1995) fornece uma das principais contribuições sobre o processo de diversificação da produção para o crescimento da firma. Para ela, no ambiente seletivo do mercado se sobressaem as empresas que procuram diversificar suas atividades e considera que as empresas altamente especializadas podem se tornar vulneráveis, em razão das constantes mudanças tecnológicas que provocam alterações no ambiente no qual se insere. Assim, uma maior variedade de bens e/ou serviços ofertados pode gerar maiores vantagens competitivas, que potencializam a expansão das atividades produtivas das firmas, inclusive para mercados externos.

O acirramento da concorrência permite que a diversificação produtiva, enquanto estratégia utilizada pelas empresas, conduza as empresas ao processo de inserção competitiva nos mercados internacionais. O uso de tecnologia de produção mais moderna e eficiente, que contribua para melhorias e diversificação da produção, e um sistema de distribuição mais eficaz, são fatores que contribuem para consolidar as vantagens das firmas, assim como contribuem para que as mesmas adotem uma das possíveis formas de internacionalizar sua produção, a saber, a via comercial.

Assim, concorrência e internacionalização podem ser vistas como processos inerentes ao próprio movimento que se incide sobre empresas atuantes em um sistema capitalista.

3. BREVES CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA BRASILEIRA – DA ABERTURA COMERCIAL ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Esta seção abordará o processo de globalização e a consequente abertura comercial e financeira pela qual passou o país nos anos 1990, bem como as políticas institucionais implementadas nos primeiros mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, como forma de observar o processo de inserção comercial brasileiro nos anos selecionados.

3.1. GLOBALIZAÇÃO, ABERTURA COMERCIAL E IMPACTOS NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Após a crise dos anos 1980, quando o volume dos fluxos de investimentos estrangeiros foi insignificante ou permaneceu estagnado, assistiu-se nos anos 1990 o retorno do investimento estrangeiro na estrutura produtiva brasileira.

Segundo Laplane e Sarti (1997), esse volume de investimentos expressivos observados nos anos 1990 superaram os fluxos das décadas de 1950, 1960 e 1970, sendo o IDE o que mais se destacou em relação às demais categorias de investimento neste período. O setor de serviços foi um dos principais receptores deste tipo de investimento, principalmente com o processo de privatizações nas áreas de serviços públicos, como energia elétrica e telecomunicações, e o aumento da inserção das instituições financeiras estrangeiras no mercado financeiro nacional (LAPLANE e SARTI, 1999).

Todavia, em razão do processo de abertura comercial e financeira adotado pelo Brasil nos anos 1990 alguns impactos começaram a ser observados, como o baixo desempenho das indústrias de bens de capital nacional.

De acordo com Laplane e Sarti

Embora o investimento estrangeiro promovesse aumento expressivo da competitividade em setores relativamente defasados a padrões internacionais, o principal instrumento utilizado era a importação massiva de componentes e de tecnologia, sem contrapartida equivalente no aumento das exportações. (LAPLANE e SARTI, 2002, p. 64)

Assim, o processo de abertura comercial e financeira causou impactos

relevantes na economia brasileira e particularmente na sua estrutura produtiva, dentre eles assistiu-se a uma desnacionalização a partir dos fortes movimentos de privatização, fusões e aquisições, que se configurou em um modelo de crescimento alternativo ao modelo de industrialização por substituição de importações com ampla intervenção do estado (CARNEIRO, 2002).

Esse novo modelo de crescimento definiu a concorrência como fator principal do processo, ou seja, para os *policy makers* à época a concorrência traria estímulo e ampliação de criação de novas tecnologias para contribuir para o aumento da produtividade e conseqüentemente de salários reais. Todavia, os resultados observados foram a redução da proteção à indústria nacional, por meio de diminuição das tarifas alfandegárias, eliminação das barreiras não tarifárias, dentre outros.

Segundo Carneiro (2002), do ponto de vista da especialização da estrutura produtiva, a abertura levou a uma ampliação do coeficiente de importação sem contrapartida do aumento na mesma proporção das exportações para compensar a perda de dinamismo do mercado interno. O autor indica que ao longo da década de 1990 a taxa de comércio, que mede a relação entre exportações e importações, declinou em todos os setores e apresentou comportamento semelhante o saldo comercial de cada um dos setores intensivos em tecnologia e em capital, como pode ser visto na tabela que segue.

Tabela 1 – Taxa de Comércio e Saldo Comercial por intensidade de fator

Setores intensivos em	Taxa de Comércio (X/M)			Saldo Comercial (X-M)/P (*)		
	1990	1994	1998	1990	1994	1998
Tecnologia	1	0,8	0,5	0,2	-3,2	-20,9
Capital	0,8	0,7	0,5	-2	-3,9	-12,8
Mão-de-obra	3,2	1,7	1,1	4,4	4,1	1,6
Recursos Naturais	3,7	2,7	2,3	9,3	10	10,7

Fonte: Carneiro (2002).

* em % da produção do setor.

Cabe notar que o saldo comercial dos setores intensivos em recursos naturais permaneceu superavitário nos anos selecionados. Em termos de saldo comercial, a pauta exportadora brasileira apresenta-se superavitária nos setores intensivos em

recursos naturais e em trabalho e deficitária nos setores mais dinâmicos, que são os de tecnologia e capital. Tal fato pode ser associado, como *proxy*, a uma estrutura produtiva voltada para uma relativa especialização em *commodities* agrícolas e industriais

De um modo geral, aponta-se que a partir do processo da abertura comercial dos anos 1990, as empresas brasileiras passaram a enfrentar uma forte concorrência interna, tanto das empresas nacionais como das estrangeiras que adentraram no país. Este fato acarretou uma concorrência mais acirrada entre as empresas, que passaram a buscar inovações e melhoria da qualidade de seus produtos/serviços como forma de entrar e permanecer no mercado. Ao mesmo tempo, percebeu-se uma reorientação no comércio internacional; e, segundo Silva (2002), as empresas nacionais se utilizaram de diversas estratégias para consolidar a sua competitividade, dentre elas aquisições de empresas menores com alto potencial produtivo; alianças em forma de fusões; licenciamento; atividades de P&D; entre outros.

A consequência deste processo foi a convivência com saldos deficitários relevantes na balança comercial brasileira e uma inserção comercial baseada em *commodities* agrícolas e industriais. Apesar de tal impacto, nos anos 2000 assisteu-se uma reversão dos déficits comerciais brasileiro.

3.1.2. As políticas institucionais dos governos FHC, Lula e Dilma – a busca por uma inserção comercial

O processo de globalização acarretou mudanças no cenário mundial e as nações passaram a adotar novas políticas com base na integração comercial através de acordos bilaterais e multilaterais. O Brasil não passou imune a esse processo e, conforme governos assumiam a condução da política de desenvolvimento do país, passou-se a adotar políticas e medidas visando se adequar a este novo cenário, a exemplo dos movimentos observados a partir dos anos 1990, como a política de abertura comercial e financeira, os processos de reestruturação produtiva por parte das empresas, as políticas de integração econômica, as políticas industriais.

Diante deste contexto, Amitrano (2006) salienta que, após a abertura comercial nos anos de 1990, a trajetória de crescimento do país ficou associada, por um lado,

com a forma de condução do regime de políticas macroeconômicas adotadas, e por outro, com a forma de articulação entre as políticas estruturais³ e as fases dos ciclos de liquidez e comércio internacionais.

Os desenhos de políticas e/ou mecanismos institucionais implementados ao longo do período em análise contribuíram para a determinação do padrão de inserção internacional e do tipo de especialização da produção do país, em particular as de caráter industrial e de comércio exterior. Os mecanismos de estímulo, regulação e proteção do setor industrial e de comércio exterior passaram por diversas transformações ao longo dos anos selecionados, conforme segue.

3.1.2.1. O Governo FHC e a política de integração econômica

Nos anos 1990, o Brasil passou a adotar os preceitos do modelo de crescimento de orientação mais liberal. Em razão disso, e como a maioria dos países latino-americanos, a política industrial ficou em segundo plano, subordinada à estabilidade da economia, sob a égide da política macroeconômica na década de 1990 (PERES, 2006). O governo de FHC continuou seguindo uma ‘política de desenvolvimento’ baseada na estabilidade econômica, fundamentada em taxas de juros elevadas e valorização do câmbio, abertura comercial e financeira, desregulação do mercado de trabalho e privatização. Para Laplane e Sarti (2006, p 272), “a nova política para o setor industrial marcou uma reviravolta em relação à política implementada no período desenvolvimentista”.

Ademais, como salienta Cano (1995), a abertura comercial reduziu drasticamente a proteção perante a concorrência internacional, a partir da valorização do câmbio, queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional.

Nesse governo ocorreram privatizações de setores considerados estratégicos, como os de energia e telecomunicações, cuja justificativa contemplou a redução do

³Amitrano (2006) afirma que a política estrutural e de desenvolvimento compreende as iniciativas pioneiras de liberalização e desregulamentação das contas financeira e comercial do balanço de pagamentos, o processo de privatização, o desmonte das instituições, define a forma de incentivos as empresas, entre outros. Nesse sentido, é considerada a principal responsável pela determinação do padrão de inserção externa e do tipo de especialização da produção.

endividamento público. Tavares (1998) adverte ainda que os investimentos diretos do período não contribuíram para elevar as taxas de investimento líquido da economia, pois consistiam de mera transferência patrimonial.

A consequência das privatizações foi a desnacionalização da economia, de setores privados e estatais, e um fortalecimento de atividades ligadas direta ou indiretamente aos recursos naturais disponíveis no país. Além de não terem contribuído para reduzir a dívida pública, as privatizações provocaram a redução dos investimentos em infraestrutura, já que estes são realizados contando com grande participação de empresas estatais.

Assim, a meta em garantir a estabilidade econômica e a concorrência utilizada como mola mestra do modelo adotado no país no período do primeiro mandato do governo FHC resultou em uma convivência com desequilíbrios importantes da balança comercial brasileira.

3.1.2.2. O Governo Lula e a Política Industrial de Comércio Exterior (PITCE)

Em 2003, quando o presidente Lula assumiu o governo, o país apresentava estabilidade econômica, entretanto não dispunha de políticas industriais sólidas nem tampouco uma balança comercial equilibrada, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento do governo baseado na concorrência elevou sobremaneira as importações brasileiras frente às exportações do país. Em face disso, a reestruturação produtiva também contribuiu para este quadro.

Diante deste cenário, o governo federal começou a criar as bases da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada no ano seguinte com o intuito de aumentar a competitividade do setor industrial. De acordo com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a PITCE tinha como principais objetivos o fortalecimento e expansão do setor industrial através da melhoria da capacidade de inovação das empresas. Essa política se propunha atuar em três eixos, a saber: (i) linhas de ação horizontais – ligadas as atividades de inovação e desenvolvimento tecnológico, modernização do setor industrial, inserção externa, ambiente institucional; (ii) setores estratégicos – setores ligados a bens de capital,

software, fármacos e medicamentos, semicondutores e (iii) atividades portadoras de futuro – como energias renováveis, nanotecnologia, biotecnologia. As metas traçadas tinham o objetivo de melhorar a capacidade produtiva das empresas para que pudessem se adaptar as novas exigências do mercado globalizado, inclusive das indústrias ligadas ao setor exportador, como forma de se adequarem às exigências do mercado importador. Através de parcerias públicas e privadas propunham melhorar a infraestrutura.

Cano e Silva (2010) salientam que o grande mérito da PITCE foi colocar na agenda de políticas públicas o tema de política industrial como um dos principais instrumentos para o desenvolvimento econômico e social.

Como os efeitos esperados pela PITCE não foram alcançados, para dar continuidade ao objetivo o governo lançou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que através de incentivos creditícios, subsídios, entre outras ações, se propunha a fomentar o setor industrial.

Segundo a ABDI (2015, p. 72-73), as macrometas propostas pela PDP eram: “elevar a taxa de investimento, ampliar a relação P&D/PIB, aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais e aumentar o número de micro e pequenas empresas (MPE) exportadoras”.

3.1.2.3. O Governo Dilma e o Plano Brasil Maior (PBM)

No governo da presidenta Dilma Rouseff foi adotado o Plano Brasil Maior, (PBM) estabelecendo a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014. Assim como o PITCE, o PBM procura promover a inovação e manter o estímulo à produção nacional para tornar as indústrias mais competitivas tanto no mercado interno como externo. Entretanto, a conjuntura estrutural em que se encontrava o país era de instabilidade externa e incertezas internacionais.

O Plano Brasil Maior veio para complementar a PDP abrangendo e ampliando algumas das medidas estruturantes propostas, agregando novas macrometas. Entre as metas adotadas, destacam-se o desenvolvimento e crescimento de setores intensivos em conhecimento, os investimentos em qualificação humana e produção mais limpa,

além de foco em inovação, MPEs e exportação.

De acordo com as políticas adotadas percebe-se que os dois últimos governos priorizaram políticas industriais ligadas a atividades com foco em inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D). Entretanto, ainda disponibilizam incentivos para setores e empresas específicas. Em uma economia tão dinâmica e diversificada como a brasileira tem que se estabelecer política que visem não somente atender os setores intensivos em tecnologia e inovação como também se pensar formas de atender os setores considerados tradicionais.

4. ASPECTOS GERAIS DA INSERÇÃO COMERCIAL DO BRASIL EM ANOS SELECIONADOS

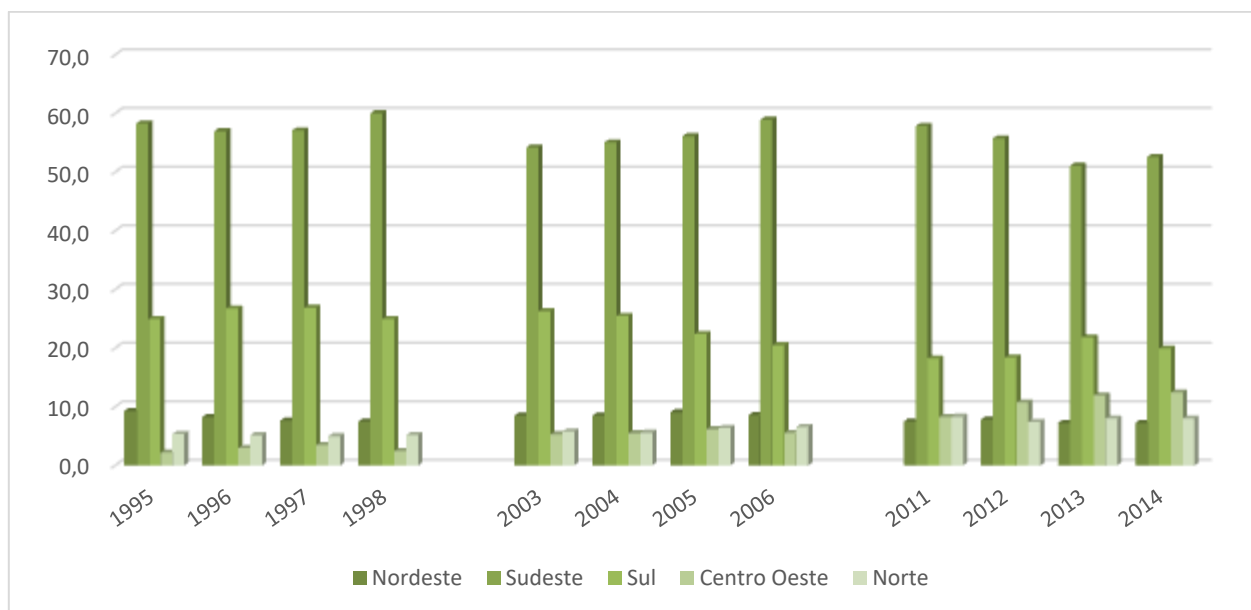
Uma das fases do processo de internacionalização se refere à intensificação das operações comerciais entre empresas localizadas em países distintos. Esta seção trata de aspectos relativos à inserção comercial do Brasil, considerando três períodos distintos, os quais compreendem os primeiros mandatos dos governos FHC, Lula e Dilma.

4.1. INSERÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA NOS PRIMEIROS MANDATOS DOS GOVERNOS FHC, LULA E DILMA

A dotação de fatores é considerada fator determinante para atrair um maior volume de investimentos, o qual contribui para a diversificação da produção e para a criação de emprego e geração de renda; e, os países que dispõem de melhores condições para produzir e escoar a produção se beneficia das políticas adotadas após a abertura comercial.

No caso do Brasil, por ser um país de dimensão continental, é relevante observar as políticas comerciais e/ou industriais adotadas a partir dos anos 1990 e seus impactos no comércio exterior do país, cujo resultado é fruto de uma diversificação advinda do conjunto das regiões que o compõem. Assim, devido às diferenças regionais, a inserção comercial ocorre de forma bastante diferenciada, devido a grande heterogeneidade produtiva de cada uma delas. Esse fato pode ser observado na figura 1, onde os dados revelam a participação de cada uma das cinco regiões no total exportado pelo país nos períodos em destaque.

Gráfico 1 – Exportações das regiões brasileiras, considerando os seguintes períodos 1995 a 1998; 2003 a 2006 e, 2011 a 2014 (em %)



Fonte: MDIC/SECEX; SILVA (2011/2012), SOUZA e SILVA (2012 e 2013). Elaboração própria.

O Brasil é composto por cinco regiões, das quais as regiões Sul e Sudeste se apresentam, do ponto de vista econômico, como as mais dinâmicas do país e respondem, juntas, em média, com 84%; 79,7% e 73,9%, das exportações brasileiras nos anos dos governos estudados, respectivamente. Em todo o período analisado, a região Nordeste tem uma participação pouco significativa nas exportações brasileiras, a saber: no período do governo FHC, a região apresentou participação de 8% em média, no governo do Lula, 8,5% e Dilma, 7,3%.

De acordo com a tabela 02, verifica-se que o saldo⁴ da balança comercial brasileira acompanha os movimentos tanto da política econômica adotada no país neste período quanto da conjuntura internacional no que se refere ao comportamento dos preços das *commodities*. Assim, durante quase todo o período do primeiro mandato de FHC, a balança comercial do país apresentou saldos deficitários, coincidindo com a política econômica brasileira, que seguiu a tendência do governo anterior de aprofundamento da abertura comercial e financeira, com câmbio valorizado

⁴ O comportamento da balança comercial deficitária implica que o país ou região está importando mais do que exportando. Assim, verifica-se que nos governos FHC e Dilma, as importações cresceram mais que as exportações.

e taxas de juros elevadas, cujo intuito era manter a estabilidade econômica do país. Tal fato favoreceu as importações sem a contrapartida das exportações, resultando nos déficits elevados do período em tela. Com relação ao governo do Lula, o saldo já emerge como superavitário, em decorrência de um comportamento de elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional, o que favoreceu as exportações brasileiras, particularmente em razão da pauta de exportação do país ser baseada em *commodities* agrícolas e industriais. Já no governo da presidenta Dilma, observou-se *déficit* apenas em 2014. Neste caso, o período coincide com a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional e com a crise econômica que se instalou no mundo a partir de 2008.

TABELA 2 - Evolução do Saldo da Balança Comercial do Brasil no primeiro mandato dos governos FHC, Lula e Dilma (US\$ 1.000 FOB).

Anos	Brasil		
	Exportação (X)	Importação (M)	Saldo (X-M)
1995	46.506.282	49.971.896	-3.465.614
1996	47.746.728	53.345.767	-5.599.039
1997	52.994.341	59.747.227	-6.752.887
1998	51.139.862	57.763.476	-6.623.614
2003	73.203.222	48.325.567	24.877.655
2004	96.677.497	62.835.616	33.841.882
2005	118.529.184	73.600.376	44.928.809
2006	137.807.470	91.350.841	46.456.629
2011	256.039.366	226.246.756	29.792.610
2012	242.572.846	223.183.477	19.389.369
2013	242.033.575	239.747.516	2.286.059
2014	225.100.885	229.060.058	-3.959.173

Fonte: MDIC/SECEX; SILVA (2011/2012), SOUZA e SILVA (2012 e 2013)

Assim, pode-se afirmar que o bom desempenho das exportações, que pode ser observado a partir do primeiro mandato do governo Lula, está vinculado à diversidade produtiva do setor exportador associado ao fato de que os principais bens exportados pelo Brasil decorrem de sua característica de grande produtor de *commodities* agrícolas e industriais, bem como do ambiente internacional favorável, como por exemplo a emergência da China enquanto grande importador deste tipo de produtos neste período. Ademais, constam como produtos exportados pelo país soja, minérios de ferro, açúcares, óleos e café. Enquanto nas importações encontram-se óleos brutos de petróleo, naftas, automóveis, produtos de telefonia, trigo dentre outros.

TABELA 3 – Exportação brasileira por fator agregado no primeiro mandato dos governos FHC, Lula e Dilma (US\$ 1.000 FOB).

ANO	BÁSICOS		SEMIMANUFAT.		MANUFAT.		TOTAL GERAL (**)		Part. (%) s/ Total Geral		
	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)	Básicos	Semimaf.	Manuf.
1995	10.513.810	-3,0	9.565.412	32,7	25.806.950	2,4	46.506.282	6,8	22,6	20,6	55,5
1996	11.898.903	13,2	8.614.960	-5,8	26.595.415	3,3	47.746.728	2,7	24,9	18,0	55,7
1997	14.468.735	21,6	8.477.703	-1,6	29.229.373	10,5	52.982.726	11,0	27,3	16,0	55,2
1998	12.976.763	-10,3	8.120.141	-4,2	29.414.461	0,7	51.139.862	-3,5	25,4	15,9	57,5
2003	21.186.281	24,9	10.944.949	22,1	39.763.702	20,2	73.203.222	21,1	28,9	15,0	54,3
2004	28.528.571	34,7	13.432.830	22,7	53.137.453	33,5	96.677.497	32,0	29,5	13,9	55,0
2005	34.723.705	21,8	15.962.531	18,8	65.360.669	23,0	118.529.184	22,6	29,3	13,5	55,1
2006	40.280.500	16,0	19.522.658	22,3	75.022.940	15,2	137.807.470	16,5	29,2	14,2	54,4
2011	122.456.859	36,1	36.026.477	27,7	92.290.852	16,8	256.039.366	26,8	47,8	14,1	36,0
2012	113.454.236	-7,4	33.042.050	-8,3	90.707.175	-2,2	242.572.846	-5,3	46,8	13,6	37,4
2013	113.023.377	-0,4	30.526.014	-7,6	93.655.331	3,2	242.033.575	-0,2	46,7	12,6	38,7
2014	109.556.817	-3,1	29.065.822	-4,8	81.683.918	-12,9	225.100.885	-7,1	48,7	12,9	36,3

Fonte: MDIC/SECEX; SILVA (2011/2012), SOUZA e SILVA (2012 e 2013). Elaboração própria

(*) Variação % sobre o período anterior

(**) Não está incluso os bens que são classificados como Operações Especiais

A composição da pauta exportadora em produtos básicos⁵ em sua maioria significa que o país exporta mais bens intensivos em recursos naturais, sem que tenha sofrido algum incremento produtivo, como os minérios e produtos agrícolas.

Assim, no primeiro mandato do FHC, o crescimento médio dos produtos segundo o fator agregado ficou em torno de 4,7% para os produtos básicos; 5,3% para os semimanufaturados; e, 4,2% para os manufaturados.

No primeiro governo de Lula tais produtos apresentaram os maiores crescimentos entre as três classificações, onde os produtos básicos cresceram em média 24,3%; os semimanufaturados 21,5%; e, os manufaturados 23,0%.

⁵ Segundo definição do MDIC, os produtos básicos correspondem aos produtos que apresentam baixo ou nenhum grau de elaboração. Os semimanufaturados são os que receberam algum incremento produtivo, mas que ainda não estão em sua composição final para uso. Os manufaturados envolvem os bens que passaram por um processo de transformação que necessitam de maior uso de tecnologia para sua produção.

No período da presidenta Dilma, os produtos básicos representaram em média 47,5% do total exportado pelo país, o que demonstra o encolhimento das exportações dos produtos com alguma elaboração tecnológica, reforçando o caráter de reprimarização da pauta.

Diante do exposto, afirma-se que as mudanças advindas da abertura comercial promoveram mudanças na estrutura produtiva brasileira, com ampliação das atividades dependentes direta ou indiretamente de recursos naturais, conforme demonstra as exportações por fator agregado nos anos selecionados. Este aspecto contribuiu para um tipo de inserção comercial com produtos de baixos conteúdo tecnológico e valor agregado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado de suma importância para os países, o comércio internacional se refere à troca de bens e/ou serviços entre as nações. As exportações é uma das formas de intercâmbio entre as nações. Os países contabilizam as transações efetuadas para servir de orientação para elaboração de possíveis melhorias que tragam maiores benefícios nas transações comerciais futuras. Portanto, o desempenho comercial entre os países pode ser retratado por meio da análise dos dados de comércio exterior, cujas informações contidas na composição da pauta exportadora podem apontar para as possíveis mudanças que devem ser feitas no setor produtivo para que o país se insira de forma mais competitiva no mercado internacional. Nesse sentido, a análise do comércio exterior pode servir como um instrumento de orientação para implementação de políticas que visem desenvolver o setor produtivo, tornando-o mais diversificado e competitivo e assim possam conquistar novos parceiros comerciais.

A análise dos dados da balança comercial do país aponta que a mesma permaneceu deficitária durante todo o primeiro mandato do governo FHC (1995 a 1998), No primeiro mandato do governo Lula (2003 a 2006), a balança comercial do Brasil permaneceu superavitária, significando que o valor exportado superou o importado.

A balança comercial brasileira apresentou *déficit* apenas no último ano do primeiro mandato da presidenta Dilma (2011 a 2014). O último período analisado, 2011 a 2014, correspondendo ao primeiro mandato do governo Dilma, reflete os movimentos comerciais do país com o exterior.

Constata-se que a despeito de não haver mudanças qualitativas em termos das exportações, há o reforço da primarização das pautas de exportações ao invés de alterações de conteúdo tecnológico mais robusto. Ademais, o resultado reflete também as influências ocorridas no cenário internacional tanto quanto à crise econômica que atingiu diversos países no mundo bem como a queda dos preços das *commodities* agrícolas e industriais, que caracterizam as exportações brasileiras.

Em suma, a despeito da mudança de governo e das políticas adotadas, pelos mesmos em seus primeiros mandatos (PICE, PITCE, PDP E PBM), os dados referentes às exportações segundo o fator agregado apontam que o país quase não apresentou alterações na pauta de exportações, o que pode sinalizar, como *proxy*, que suas estruturas produtivas permanecem também quase inalteradas, mesmo com todo o processo de abertura comercial e financeira e a consequente reestruturação produtiva ocorrida ao longo dos anos analisados. Esse fato reforça que, nos anos selecionados, o Brasil continua se inserindo comercialmente no mundo por meio de produtos de baixo conteúdo tecnológico, expressos nas *commodities* agrícolas e industriais.

REFERÊNCIAS

AMITRANO, C. R. **O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites.** In: CARNEIRO, Ricardo (org.). A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BAPTISTA, Margarida A. C. **O enfoque neo-schumpeteriano da firma.** IN: Anais do XXV Encontro Nacional de Economia, p. 1236-1254, dez. 1997.

_____. **Política industrial – uma interpretação heterodoxa.** Campinas: IE/Unicamp, 2000.

CANO, W.; SILVA, A.L.G. **Política industrial do governo Lula.** Texto para Discussão, IE/UNICAMP, n. 181, 2010. ISSN 0103-9466.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP, Campinas, UNICAMP, 2002.

_____. **Impasses do Desenvolvimento Brasileiro: aspectos estruturais**. In: BALTAR, P.; KREIN, D. & SALAS, C. (Orgs.) *Economia e Trabalho: Brasil e México Debates Contemporâneos, Economia Social e do Trabalho* 7. São Paulo: LTR, 2009

CHESSAIS, F. **A mundialização do capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

DUNNING, John H. **Explaining changing patterns of international production: in defence of the eclectic theory**. *Oxford Bulletin of Economics & Statistics*, v. 41, n. 4, p. 269-295, Nov 1979.

_____. **The Eclectic Paradigm of international production: a restatement and some possible extensions**. *Journal of international business studies*, v.19, n. 1, p. 1-31, 1988.

GADELHA, C. (2001). “**Política industrial: uma visão neo-schumpeteriana sistêmica e estrutural**”. *Revista de Economia Política* 21(4)(84): 149-171.

GONÇALVES, Reinaldo. **A internacionalização da produção: uma teoria geral?** *Revista de Economia Política*, v 4, n. 1, janeiro-março 1984.

_____. **A empresa transnacional**. IN: KUPFER, David, HASENCLEVER, Lia. *Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. <www.ibge.gov.br> Acesso em mai. 2016.

LALL, S; PIETROBELLI, C. **National Technology Systems in Sub-Saharan Africa**. *Internatinal J. Technology and Globalisation*, v. 1, n. 3/4, p.311–342. 2005.

LAPLANE, M., SARTI, F. **Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90**. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, jun. 1997.

_____. **Investimento Direto Estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90**. Brasília: IPEA, fev. 1999a.

_____. **O investimento direto estrangeiro e internacionalização da economia brasileira nos anos 90**. *Revista economia e sociedade*. Unicamp, v. 11. Jan-jun. 2002.

_____ **Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI.** In: CARNEIRO, R. (Org.). *A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em jun. 2016.

PENROSE, Edith. **A Teoria do Crescimento da Firma**. Campinas: Unicamp, 1995.

POSSAS, Maria Silvia. Concorrência e inovação. IN: PEALEZ, Victor et al. **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____ **Concorrência e competitividade: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

POSSAS, Mário. Concorrência schumpeteriana. IN: KUPFER, David, HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PREBISCH, R. **Nueva política comercial para el desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

SILVA, Maria Lussieu. **A Internacionalização das grandes Empresas Brasileiras de Capital Nacional nos anos 90**. 2002. 150f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, São Paulo. 2002.

_____ **A inserção internacional das grandes empresas nacionais.** IN: LAPLANE, Mariano, COUTINHO, Luciano, HIRATUKA, Célio. *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: UNESP, Campinas, UNICAMP, 2003.

_____ **A trajetória recente do comércio exterior da Região Nordeste (2003-2008)**. Projeto de Pesquisa. Natal, UFRN: 2011 e 2012.

SOUZA, Perilônia O. Campos. **A trajetória da inserção comercial da Região Nordeste no mercado internacional: de FHC a Dilma - uma análise a partir de anos selecionados**. Natal: PPGECO/UFRN, 2016. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, Perilônia O. Campos; SILVA, Maria Lussieu. **A internacionalização comercial da Região Nordeste no período recente**. Resumos do XXIII Congresso de Iniciação Científica da UFRN – CIC 2012, Natal, RN: UFRN, 2012.

_____ **A trajetória do comércio exterior da Região Nordeste no período recente**. Resumos do XXIV Congresso de Iniciação Científica da UFRN – CIC 2013, Natal, RN: UFRN, 2013.

_____ **A trajetória recente do comércio exterior da Região Nordeste (2003-2012)**. IN: Anais da 65ª Reunião Anual da SBPC 21-26 de jul. 2013, p. 4569, Jul. 2013.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –. <www.sudene.gov.br> Acesso em mai. 2016.

TAVARES, M. C. (1972). **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 9a . edição.

_____ **“Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: A Modernização Conservadora”**. Economia e Sociedade, No. 1, agosto. Republicado em: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (1993) **(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, cap. 1.

_____ **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas, Instituto de Economia, 1998

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação: a economia de tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Recebido em: Janeiro de 2018
Aceito em: fevereiro de 2018